

## HOMEM PODE?: AMOR MATERNO E OUTRAS INTERFERÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Hugo Augusto Turaça Leandro

Sílvia Adriana Rodrigues

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

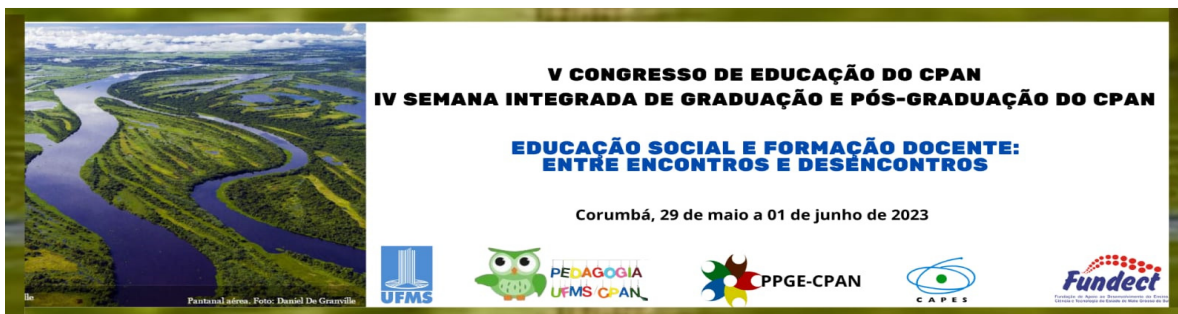
**Resumo:** Esse texto é um substrato da pesquisa em desenvolvimento, vinculada a Linha: “Práticas educativas, formação de professores(as)/educadores(as) em espaços escolares e não escolares”, do Programa de Pós graduação em Educação (PPGE) do Câmpus do Pantanal (CPAN), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias e Educação Infantil (GEPIEI-UFMS) que tem como objeto de estudo a presença de professores homens na Educação Infantil. Como objetivo geral elegeu compreender, à partir da trajetória profissional, as razões para ingresso e permanência de professores homens pedagogos na Educação Infantil na rede de ensino do município de Campo Grande – MS. Como objetivos específicos: identificar o que motivou os professores a atuarem na Educação Infantil; verificar o grau de satisfação dos professores do sexo masculino na Educação Infantil e, se pretendem permanecer atuantes nessa área; discutir a importância da presença do homem no ambiente da Educação Infantil. O estudo é de natureza qualitativa, sendo considerado também como de campo e explicativo. Entrevistas semiestruturadas serão utilizadas como instrumento para recolher informações junto aos participantes. Os dados obtidos serão analisados na perspectiva do método do materialismo histórico-dialético, com uso da técnica de Núcleos de Significação. Cabe salientar que a pesquisa se encontra na fase de recolha dos dados.

**Palavras-chave:** Amor materno; papéis masculino e feminino; cuidar e educar.

### Introdução

O interesse em pesquisar a presença masculina na Educação Infantil, surgiu a partir do ingresso de um dos autores na graduação, em que um primeiro impacto se deu pelo número expressivo de mulheres matriculadas em relação ao de homens. Até o início das aulas, para o autor em questão, o fato de que a Pedagogia é socialmente considerada como sendo um curso “de mulheres” era desconhecido.

Este cenário trouxe a vivência de uma série de situações delicadas, em sala de aula e durante os estágios obrigatórios. Foi se revelando, muitas vezes de maneira pouco sutil, a presença era incômoda de um homem na Educação Infantil; para todos os funcionários, cuidar



de crianças pequenas era uma tarefa ligada a maternidade, como algo natural, um dom, que não fazia parte da realidade do sexo masculino. Percebe-se aqui um preconceito (nem sempre velado).

Tem-se ilustrado aqui alguns limites impostos a presença do sexo masculino nos ambientes da Educação Infantil, que gerou incerteza quanto escolha de formação e que, supomos causou o mesmo efeito em outros homens. Ingressar e permanecer profissionalmente em um ambiente de certa forma hostil a sua presença, pelo simples fato de não ser do “gênero adequado”, ocasionaria um desgaste emocional cotidiano. Cabe ainda a reflexão de que não importa o quanto o homem se identifique com a formação e as tarefas profissionais, ele nunca terá, aos olhos do senso comum, os “requisitos” considerados inatos das mulheres: delicadeza, doçura, ternura...

Diante das questões apresentadas, o problema de pesquisa levantado é a permanência do professor homem na Educação Infantil. Compreende-se que há mais fatores contrários do que favoráveis para que o homem continue interessado em ocupar esses espaços, sendo mais cômodo investir em profissões, cujo sexo masculino é melhor aceito. No entanto, com relação àqueles que decidem continuar na profissão, questiona-se: o que os motiva a atuarem como docentes na Educação Infantil? Qual grau de satisfação tem o professor do gênero masculino na Educação Infantil? Eles pretendem permanecer nessa área de atuação a longo prazo? Por que?

Assim, adota-se como objetivo geral compreender, a partir da trajetória profissional, as razões para ingresso e permanência de professores homens pedagogos na Educação Infantil na rede de ensino do município de Campo Grande-MS. Como objetivos específicos pretendemos: identificar o que motivou os professores a atuarem na Educação Infantil; verificar o grau de satisfação dos professores do sexo masculino na Educação Infantil e, se tem intenção de permanecer atuantes nessa área; discutir a importância da presença do homem no ambiente da Educação Infantil para a formação humanizada das crianças.

Para tanto, a investigação se dará pela abordagem qualitativa, sendo ainda qualificada, segundo os objetivos elencados como explicativa, pois a intenção não é apenas evidenciar as motivações que levaram os homens para a Educação Infantil e a permanecer lá, mas também buscar explicações para este cenário.



Considerando o exposto até agora, tem-se como instrumento mais apropriado para coleta de dados a entrevista, vantagem com relação a outros instrumentos é permitir de maneira imediata a captação da informação que se deseja (LÜDKE; ANDRÉ, 1986); optar ainda pela entrevista semiestruturada é justamente pelo seu diferencial de permitir um diálogo menos engessado e mais próximo do espontâneo para todos os envolvidos.

Em relação ao perfil dos participantes do estudo, esses são professores homens, com formação inicial em Pedagogia, concursados e que estão atuantes em sala de aula. Foram selecionados 6 professores, sendo 3 com maior tempo de experiência e 3 iniciantes, ou com menor tempo na Rede Municipal de Educação, mas também de acordo com a anuência deles. O motivo de não selecionar professores convocados, se justifica devido ao modelo do processo seletivo estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, no qual o professor aprovado exerce o cargo pelo período de 12 meses, podendo ou não ser prorrogado pelo mesmo tempo.

Contextualizada a pesquisa de fundo, a seguir são trazidas as premissas teóricas que orientarão a discussão dos dados que estão ainda sendo produzidos. Reiteramos o já anunciado que este texto trará apenas um substrato do estudo em andamento, e nossa opção foi a de apresentar em seu limite apenas as ideias e autores que subsidiam nossas reflexões.

### **Sentimento de infância e amor materno: conceitos historicamente entrelaçados**

A respeito da infância, Corazza (2002), a partir de uma postura peculiar em que se coloca no lugar da criança, vai apresentá-la como uma raça de gente pequena e marginalizada, convivendo com mais duas raças de gentes grandes, consideradas antigas e fortes, em que uma delas era tida como mais forte que a outra e, por existirem há “[...] milhões e milhões de anos, tinham aprendido a fazer muitas coisas, e dominavam (ou achavam que dominavam) todo o planeta [...]” (CORAZZA, 2002, p. 57). A autora segue indicando o desinteresse das raças grandes pelas pequenas.

Como o surgimento das pequenas não havia sido nada muito importante, as grandes tinham só uma vaga ideia de onde estas gentes vieram, mas nenhuma certeza, nem curiosidade: sabiam apenas que precisavam se juntar – se “conhecer”, como estava escrito em um antigo e pesado livro – e aí então elas apareciam, e isto era mais do que suficiente (CORAZZA, 2002, p. 57).



O excerto acima revela o quanto as crianças daquele período – séculos XI à XVIII – eram invisíveis; não que essa percepção tenha sido totalmente superada e hoje possam ser consideradas visíveis. Mas, naquele tempo, segundo Corazza (2002, p. 58), ocorre que elas

[...] eram mais ou menos como fantasmas, das quais não se falava, que quase não se enxergava e que, por isso mesmo, também não incomodavam ninguém. As tais pequenas viviam soltas pelos lugares: comiam e bebiam do jeito que dava; dormiam onde tivesse uma beirada; vestiam-se com as roupas que eram jogadas fora; circulavam no meio do passeio público, nas loas, nos mercados, junto com os gatos, patos, galinhas, porcos, cachorros, cavalos, vacas e bois.

De igual modo, Narodowski (1998, p. 172), assinala que

[...] as crianças não eram nem queridas nem odiadas nos termos nos quais esses sentimentos se expressam no presente. Participavam juntamente com os adultos das atividades lúdicas, educacionais e produtivas. E não se diferenciavam dos adultos nem pela roupa que vestiam nem pelos trabalhos que executavam nem pelas coisas que normalmente diziam [...].

Considerado precursor acerca da discussão sobre a infância e a família, o estudo de Philippe Ariès contribui de maneira significativa ao retratar a percepção da infância nos séculos XI a XVIII. Embora seus registros estejam pautados no modelo de infância europeu, ainda assim são de grande valia, pois inúmeras foram as influências de seus estudos para os que se desenvolveram no Brasil (MELO, 2020). É preciso destacar que o mérito do autor foi cunhar o conceito do sentimento de infância e de afirmar que, a percepção a respeito da criança, surgiu na sociedade medieval, diante das transformações sociais. Cabe então o esclarecimento de que: Segundo Ariès (1979, p. 156)

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (ARIÈS, 1979, p. 156).

Em relação a questão apontada acima, Ariès (1979) assinala que a indeterminação da idade era um dos fatores que contribuía para a participação das crianças em afazeres adultos. As análises do autor sugerem uma linha quase invisível, em que predominava a naturalização das práticas sociais entre crianças e adultos. Uma das poucas etapas em que a criança não era confundida com os adultos, estava ligada aos altos níveis de mortalidade, no entanto, caso viessem sobreviver, sua imagem logo se confundia com as dos mais velhos.



Em concordância com Ariès, Muniz (1999, p. 245), destaca que “[...] até essa época, a criança era vista como um adulto em miniatura, obtendo o *status* de participante da sociedade somente a partir do momento em que pudesse ser incorporada como força de trabalho”. Ainda segundo Ariès (1979), as expectativas acerca da sobrevivência das crianças quando muito pequenas, era compreendida como improvável, um período a ser superado. É apontado por Corazza (2002, p. 58) que, os adultos reagiam de maneira diferente, se comparada atualmente, em que está presente a afeição, pois

Muitas destas gentes morriam sem que ninguém chorasse; e, às vezes, as outras duas raças nem se davam conta de que faltava alguma, porque muitas nem nomes tinham; logo, logo, outras vinham e substituíam as que tinham morrido e ficava tudo bem.

Os apontamentos de Ariès (1979), sugerem que somente em meados dos séculos XVI e XVII, em específico nas camadas superiores, surgiu de maneira tímida, a distinção entre adultos e crianças. O mesmo autor ainda enfatiza que:

Um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de “paparicação” (ARIÈS, 1979, p. 158, grifo no original).

Ainda sobre o processo de transição, Narodowski (1998, p. 172) aponta que foi durante a transição entre a antiga e a nova concepção de infância no Ocidente, por volta do século XVII, que surge um sentimento que “[...] reconhece a especificidade da criança em algumas novas atitudes femininas como as das mães e as das nurses<sup>1</sup> [...]”. O mesmo autor caracteriza que

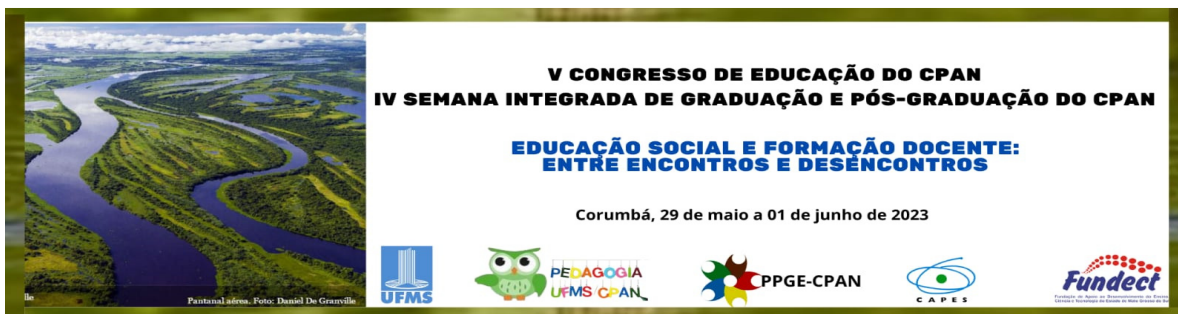
Este sentimento expressa a dependência pessoal da criança relativamente ao adulto e a necessidade de proteção por parte deste. Isto se complementa com uma concepção da criança como um ser moralmente heterônomo e com o surgimento do moderno sentimento de amor maternal (NARODOWSKI, 1998, p. 172)

Em relação a infância, na concepção de Narodowski (1998), esta é caracterizada como um fenômeno histórico, contrariando a ideia de ser considerada natural. Corroborando com o autor, Muniz (1999) compreende que a infância não deve ser compreendida como sendo universal e, nem mesmo abstrata. Ainda segundo a autora

[...] a noção de infância e sua conceituação não são um fato natural, que sempre existiu; são, na verdade, produto da evolução da história das

---

<sup>1</sup> Nurses: enfermeiras



sociedades. O olhar sobre a criança e sua valorização na sociedade não ocorreram sempre da mesma maneira, mas, sim de acordo com a organização de cada sociedade e as estruturas econômicas e sociais em vigor (MUNIZ, 1999, p. 244).

Essa discussão a respeito da infância ser considerada evolução histórica, já sinalizada por Kramer (1987, p. 20), justificando que “[a] visão da criança baseada em uma concepção de natureza infantil, e não na análise da condição infantil, mascara a significação social da infância”. A partir dos apontamentos da autora, é possível concordar com o que diz Sarmiento (2004), de que há diferentes infâncias e não apenas um sentimento e que, pode haver alterações a depender do contexto que estão inseridas. O mesmo autor assinala que

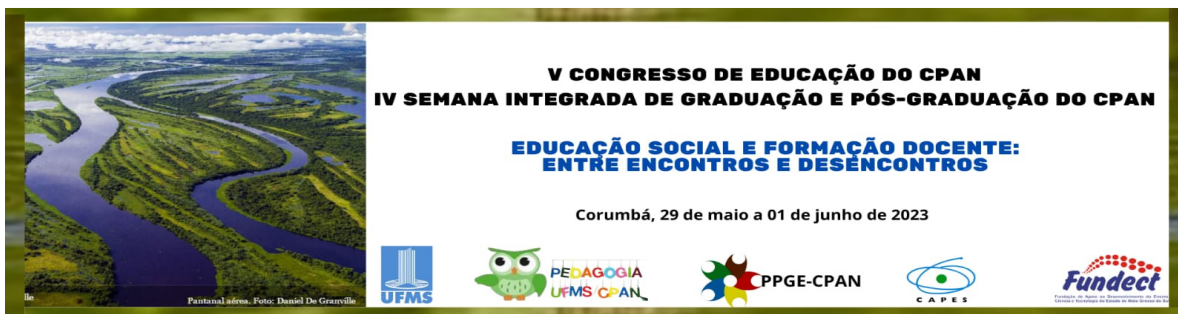
Importa considerar que se a infância, considerada globalmente, é afetada pelas mudanças sociais, as crianças, como seres concretos, são elas próprias, entre si, diferentemente afetadas em função de pertencer às classes populares, às classes médias ou à classe dominante, ou ao fato de ser menino ou menina, de viver nos países ricos ou nos países em desenvolvimento, de ser branca, negra, amarela, etc., de pertencer a um universo cultural de dominância religiosa cristã, muçulmana, hindu ou budista, etc. (SARMENTO, 2004, p. 14).

Em concordância com o trecho acima, que afirma a necessidade de considerar o contexto histórico ao qual a criança está inserida, como fundamental para compreender que não há apenas um modelo de infância, Rodrigues (2014, p. 142) sugere que:

Este entendimento se justifica quando se considera como relevantes os distintos contextos de nascimento, as variadas práticas de cuidados – que mudam de um lugar para o outro –, a diversidade dos universos infantis – que variam não só historicamente, mas também localmente – e as diferentes incidências da cultura simbólica e material sobre a criança.

No que diz respeito ao entendimento de amor materno, Ariès (1979, p. 158) enfatiza que “[o]riginarmente, esse sentimento pertencera às mulheres, encarregadas de cuidar das crianças – mães ou amas”. A maneira como essa relação entre a mulher e a criança foi sendo moldada, é descrita pelo autor da seguinte maneira:

“A ama se alegra quando a criança fica alegre, e sente pena da criança quando esta fica doente; levanta-a quando cai, enfaixa-a quando se agita e a limpa quando se suja”. Ela educa a criança “e a ensina a falar, pronunciando as palavras como se fosse tatibitate, para ensiná-la melhor e mais depressa... ela carrega a criança nos braços, nos ombros ou no colo, para acalmá-la quando chora; mastiga a carne para a criança quando esta ainda não tem dentes, para fazê-la engolir sem perigo e com proveito; nina a criança para fazê-la dormir, e enfaixa seus membros para que não fique com nenhuma rigidez no corpo, e



a banha e a unta para nutrir sua pele...” [...] (ARIÈS, 1979, p. 158, grifos no original).

Em se tratando da relação mulher e criança, o momento é oportuno para retomar a discussão em que Narodowski (1998) considera a infância um fenômeno histórico, pois permite compreender que as maneiras e cuidados com crianças podem ser distintos, a depender do contexto em que estão inseridas. Dessa maneira, o amor materno também será “refém” de sua condição cultural, contradizendo a ideia de que esse amor surge de maneira natural a partir do nascimento de uma criança. Nas palavras de Badinter (1985, p. 5)

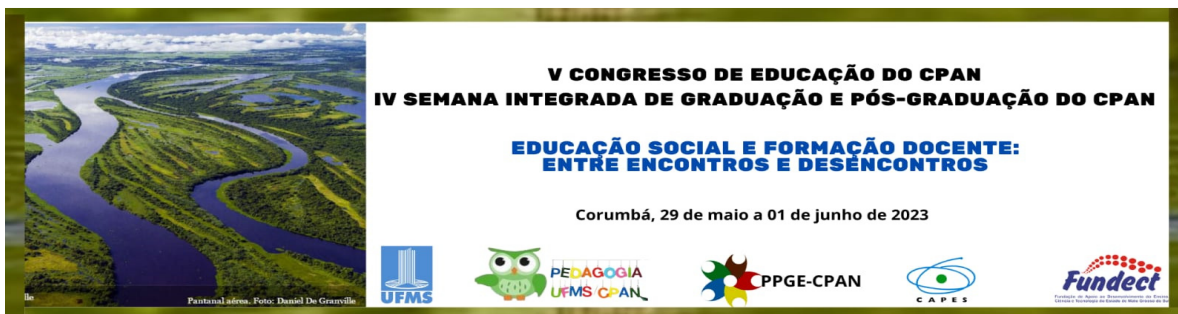
O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire. Tal como o vemos hoje, é produto da evolução social desde princípios do século XIX, já que, como o exame dos dados históricos mostra, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações socioeconômicas da história.

O excerto acima contribui para desconstruir a ideia a respeito do cuidar e educar ser considerado uma tarefa natural da mulher. É evidente que a autora não possui uma visão romantizada sobre a maternidade, pois considera o amor materno um mito e afirma não haver uma conduta universal (BADINTER, 1985). A autora completa afirmando:

[...] a extrema variabilidade desse sentimento, segundo a cultura, as ambições ou as frustrações da mãe. Não pode então fugir à conclusão de que o amor materno é apenas um sentimento humano como outro qualquer e como tal incerto, frágil e imperfeito. Pode existir ou não, pode aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos. Contrariando a crença generalizada em nossos dias, ele não está profundamente inscrito na natureza feminina (BADINTER, 1985, p. 5).

A compreensão de que cuidar e educar é exclusivamente um exercício desempenhado pelas mulheres de forma “incurtida e não natural” – aqui considerando o contexto educacional das creches – Rodrigues (2020, p. 2), vai afirmar que:

Partimos da premissa de que é atual – e deveras equivocada – a suposição (fortemente arraigada) de que as mulheres (quase que exclusivamente devem assumir a responsabilidade básica pela educação e cuidado das crianças bem pequenas, pois estamos falando de funções sociais e, desta forma, funções atribuídas histórica e culturalmente.



Embora os apontamentos de Rodrigues (2016; 2020), sejam específicos em relação aos espaços das creches, ainda assim contribuem de maneira significativa para ilustrar nossa premissa de que as mulheres são responsáveis naturais pela educação das crianças porque possuem em sua constituição o sentimento materno ou vocação para tal.

A discussão proposta no subtítulo a seguir está relacionada, de forma complementar, a ideia de vocação ou dom feminino para o cuidado e educação da criança pequena.

### **A institucionalização de um dom profissional**

Para compreender a relação entre a mulher e o cuidar, escolhemos revisitar os escritos de alguns autores considerados clássicos e caros para a educação. Tal atitude é sustentada por entendermos que, dentre outros, eles contribuíram de forma significativa para organização do que se entende como educação infantil institucionalizada e para a transposição do amor materno, do amável e da delicadeza, para instituições fora do âmbito familiar e para a constituição da identidade e exercício de uma profissão. Muito do que está presente atualmente nas práticas cotidianas da Educação Infantil, são concepções herdadas de Jean-Jacques Rousseau, Friedrich Froebel e Maria Montessori (autores selecionados para serem revisitados).

Como salientado anteriormente, os escritos de Rousseau (1995, p. 9) contribuem ao apontar que o cuidar e educar de crianças é uma condição da mulher, pois o autor evidencia que “[a] educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentarem as crianças”.

Para Rousseau (1995, p. 9), parece não haver interesse do homem ou tempo para cuidar da educação das crianças, pois o autor direciona sua fala, evidenciando que tal exercício cabe a elas, “[f]alari portanto às mulheres, de preferência em vossos tratados de educação; pois além de terem a possibilidade de para isso atentar mais de perto que os homens, e de nisso influir cada vez mais, o êxito as interessa também muito mais [...]”.

Não somente Jean-Jacques Rousseau compreendia como responsabilidade da mulher o cuidar de criança, como também Friedrich Froebel, sendo possível até destacar semelhança em suas ideias a partir do que diz Rousseau

É a ti que me dirijo, terna e previdente mãe, que te soubeste afastar do caminho trilhado e proteger o arbusto nascente contra o choque das opiniões humanas.





Cultiva, rega a jovem planta antes de que morra: seus frutos dar-te-ão um dia alegrias. Estabelece, desde cedo um cinto de muralhas ao redor da alma de tua criança. (ROUSSEAU, 1995, p. 9-10).

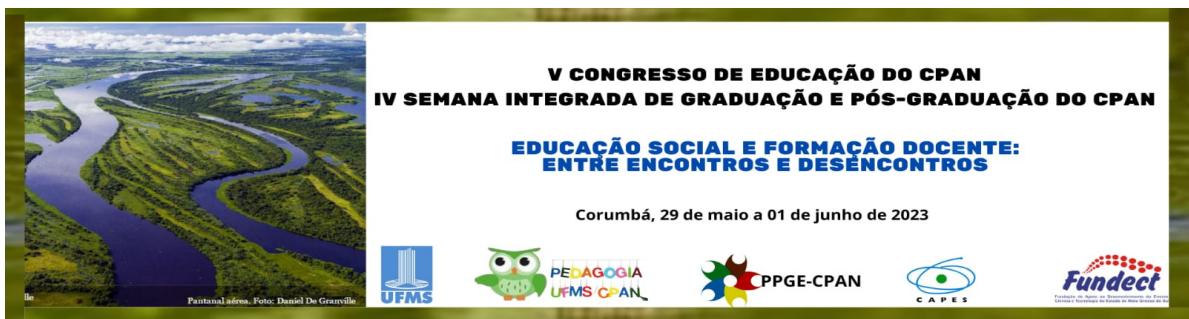
A maneira como o autor enfatiza a maneira como a criança deve ser protegida, revela muito sobre sua compreensão acerca dos pequenos, pois essa excessiva proteção, simula a ideia de redoma. Segundo os apontamentos Rodrigues (2014, p. 138), “[a] premissa básica da filosofia de Jean Jacques Rousseau é a de que o homem nasce bom e a sociedade o corrompe”. Mesmo que o olhar de Rousseau esteja voltado para as crianças, ainda assim a maneira como tenta isolar os pequenos do mundo adulto, passa a sensação de regulação ou normatização da infância, mesmo que faça de maneira inconsciente (RODRIGUES, 2014).

A respeito da analogia de cultivar a planta mencionada anteriormente, para que cresça com força e apresente frutos, ganhará destaque nos escritos de Friedrich Froebel e seus Jardins de Infância.

Trazendo a discussão para o Jardim de Infância fundada por Froebel, sua intenção era de que esse espaço não se aproximasse com o espaço escolar, pois para o autor “[...] traria o sentimento de se estar colocando coisas na cabeça da criança, ou seja, ensinando algo, e este não era o propósito desta instituição” (ARCE, 2002, p. 66).

Embora Rousseau sinalize que seja responsabilidade da mulher o cuidar e educar no âmbito familiar, é Froebel quem institucionaliza o exercício, reafirmando esse espaço como sendo delas. A partir dos apontamentos de Arce (2002, p. 67), na compreensão de Froebel “[e]ste recanto deveria ser entregue às mulheres, que com coração de mãe eram as únicas capazes de cultivarem nas criancinhas todos os seus talentos e todos os germes da perfeição humana unida a Deus”. Tendo Froebel sinalizado sua preferência pelas mulheres para ocuparem esses espaços do Jardim de Infância, demonstra o reflexo da mudança iniciada entre os séculos XVI e XVII, período no qual ocorreu a ressignificação do sentimento de infância. O momento se torna oportuno também para destacar a semelhança mencionada anteriormente entre Rousseau e Froebel, pois ambos utilizam a expressão “cultivar”, com a intenção extrair o melhor da criança.

Segundo Arce (2002), Froebel não somente sinalizou sua preferência pelas mulheres como responsáveis pelo exercício do cuidar e educar no Jardim de Infância, como também enfatizou a necessidade de haver formações para a prática. Em outro momento, Montessori



(1965) sugere o mesmo, enfatizando a prática cotidiana e as condições naturais que as mulheres possuem. Para Montessori (1965, p. 145, grifos no original),

Será difícil uma preparação “teórica” da mestra. Precisar “autoformar-se”, aprender a observar, ser calma, paciente e humilde, conter seus próprios ímpetos; sua tarefa é eminentemente prática; delicada sua missão. E tem mais necessidade de um trampolim para sua alma que de um livro para sua inteligência.

Embora Montessori (1965) considere às professoras como mestras, sinalizando haver valorização, no entanto, desconstrói a ideia ao afirmar não ser necessário conhecimento teórico. Na concepção da autora, o que importa de fato são as virtudes

Todavia, a mestra tem inúmeras incumbências, difíceis, por certo: sua cooperação não deve ser excluída, mas há de ser prudente, delicada e multiforme. Suas palavras, energia, ou severidade não são necessárias: o que importa é um atento espírito de observação, sua visão ao servir, interferir, retirar-se, calar-se, segundo os casos e as necessidades. Deverá adquirir uma habilidade moral que nenhum método, anteriormente, exigiria; habilidade feita de calma, de paciência, caridade e humildade. São as virtudes, e não as palavras, a sua máxima preparação. (MONTESSORI, 1965, p. 144).

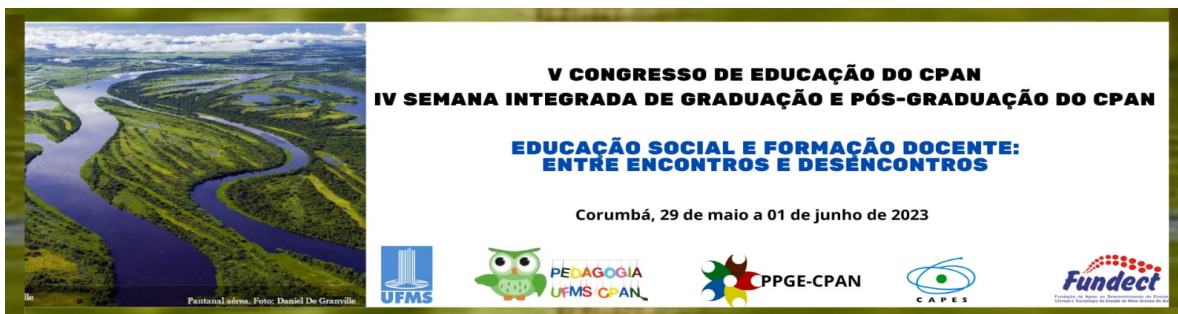
O excerto acima revela que as semelhanças encontradas entre Rousseau e Froebel se estenderam até Montessori em um ponto comum, em que a mulher é considerada referência nos cuidados e educação das crianças, seja institucionalizado ou não.

### Últimas palavras

Os limites impostos nos levam a finalizar uma discussão ainda inconclusa. Por outro lado, ela já traz algumas sinalizações importantes e estas nos levam a tocar no assunto formação profissional.

Assim, de maneira respeitosa, discordamos de Froebel e Montessori, quando enfatizam não ser necessário formação teórica, ou que a mulher deva cuidar e educar simplesmente por possuírem talentos “naturais”. Do mesmo modo coadunamos com Rodrigues (2016) a respeito da necessidade de uma formação docente, pois para a autora indica que

[...] ser professor não é simplesmente questão de vocação ou dom, é necessário preparo e compromisso acadêmico, político e social para tal. É certo que é preciso um mínimo de identificação com a profissão, mas penso que os saberes e fazeres dela, que permitirão ações pedagógicas de cunho profissional (ou seja, intencional e não intuitivos), são construídos e reconstruídos no processo de formação inicial e no exercício cotidiano da



função, marcando, assim, a inesgotabilidade da formação (RODRIGUES, 2016, p. 69, grifos no original).

A respeito da discussão sobre a necessidade de uma formação adequada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>2</sup>, em seu Art. 62, apresenta que

[a] formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal<sup>3</sup> (BRASIL, 1996).

É possível perceber que a lei cita o que é considerado necessário para exercer a função de professor, no entanto, em momento algum sugere o sexo do profissional, o que significa que a profissão pode ser exercida tanto pelo homem quanto pela mulher. Segundo os apontamentos de Silva (2015, p. 16),

Existem diversos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) que objetivam nortear a prática, a formação e o perfil profissional para o exercício da docência na Educação Infantil. Contudo, atualmente não existe no Brasil documento oficial que problematize o/a profissional de Educação Infantil do ponto de vista das questões de gênero, apesar de inúmeros trabalhos de dissertação, teses e artigos científicos ligados aos estudos de gênero e masculinidade abordarem essa questão.

Ocorre que no ideário social, a mulher ainda é considerada essencial para os cuidados com crianças. Para desconstruir essa ideia, é preciso olhar a partir da lente de Sayão (2005, p. 7) sobre gênero, em que considera “[...] como uma construção social pelas quais é possível compreender como hierarquia, diferença e poder se moldam, conformam, instalam e atuam nas identidades e nos espaços institucionais”

De fato, diversos são os motivos que contribuem para que haja um quantitativo menor de homens atuando na Educação Infantil, se comparado às mulheres. A intenção, de maneira respeitosa, não é desconsiderar a capacidade feminina no exercício, mas apontar que o homem pode somar e, que independe do sexo, é preciso formação adequada para o exercício da profissão docente.

Reiteramos que o estudo empreendido ainda está incompleto, mas intenta-se que seus resultados possam contribuir para o debate sobre a presença do homem na Educação Infantil e

<sup>2</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

<sup>3</sup> Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017.



mais fortemente na creche. Salientamos que, diferente das investigações já realizadas e identificadas na etapa de revisão bibliográfica de nossa pesquisa – que tiveram como objetivo muitas vezes defender a entrada do homem nesses espaços tendo a disputa de gênero como pano de fundo – a intenção de nossa discussão vai para além, pois pretende contribuir para a desconstrução da ideia de a mulher ser a referência máxima na educação das crianças por poder ser mãe (e ser o amor materno algo natural).

Temos clareza de que desconstruir verdades, crenças e certezas históricas demanda esforço e, nem sempre é possível visualizar o seu alcance, sendo necessário investir energias e esperanças (no sentido freireano da palavra), não somente em conhecimento, mas também em tempo...

## Referências

ARCE, A. **Friedrich Froebel**: o pedagogo dos jardins de infância. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARIÉS, P. Os dois sentimentos da infância. In: ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979. p. 156-164.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

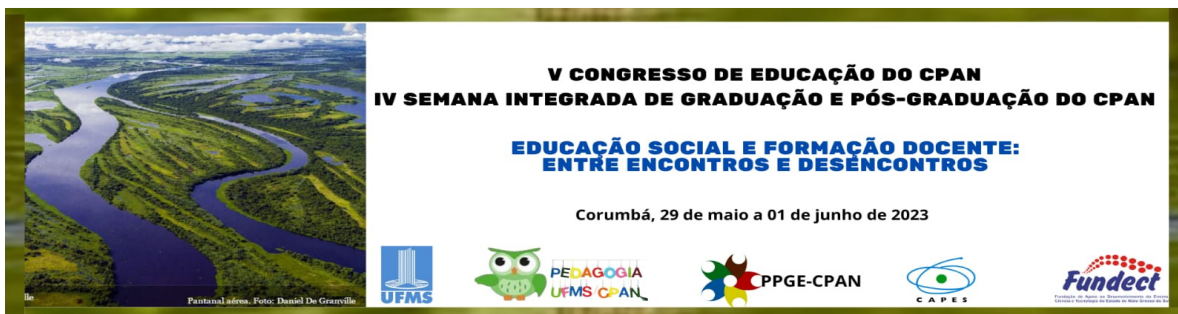
BRASIL. Lei nº 9.394 de 24 de dez, 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília, 1996.

CORAZZA, S. M. Era uma vez... Quer que conte outra vez? As gentes pequenas e o indivíduo. In: CORAZZA, S. M. **Infância & Educação**: era uma vez... quer que conte outra vez? Petrópolis: Vozes, 2002. p. 57-78.

HEIDARI, S.; BABOR, T. F.; CASTRO, P.; TORT, S.; CURNO, M. Equidade de sexo e gênero na pesquisa: fundamentação das diretrizes SAGER e uso recomendado. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 665-676, 2017.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 3. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>. Acesso em 23 de mar. 2023.



MONTSSORI, M. **Pedagogia científica**. Tradução de Aury Azélio Brunetti. São Paulo: Flamboyant, 1965.

MUNIZ, L. Naturalmente criança: a educação infantil de uma perspectiva sociocultural. In: KRAMER, S. *et al.* (org.). **Infância e educação infantil**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 1999. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2828/pdf/5>. Acesso em: 8 de abr. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NARODOWSKI, M. Adeus à infância: e à escola que a educava. In: SILVA, L. H. (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 172-177.

RODRIGUES, S. A.; MANHOLER, E.; GOMES, A. A. Em busca de identidade: Educação Infantil é lugar de homem?. **REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO**, v. 15, p. 2298-2313, 2020.

RODRIGUES, S. A. **Viajando pela educação da primeiríssima infância**: sentidos, crenças e valores que sustentam os saberes e as práticas pedagógicas na/da creche. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

RODRIGUES, S. A. Reflexões sobre as relações de poder que forjam a identidade contemporânea da infância In: STADLER, T. D. (org.). **Escritos de Filosofia e Política**. Curitiba: CRV, 2014. p. 133-156.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SARMENTO, M. J. Essa criança que se desdobra... **PÁTIO – Educação Infantil**. Ano II, n. 6, p. 14-17, dez. 2004/mar. 2005.

SAYÃO, D. T. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil**: um estudo de professores em creche. Florianópolis, 2005. Tese de Doutorado. UFSC.

SILVA, B. L. B. **A presença de homens docentes na educação infantil**: lugares (des)ocupados. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2015.